



NOVOS HORIZONTES PELA EDUCAÇÃO POPULAR: O RESSURGIR DA FIGURA DO ÍNDIO NO CASO SÃO-BORJENSE

Ronaldo Bernardino Colvero*
Davide Cabonai
Fernanda Mattos de Lima Valença

RESUMO

O artigo é resultado da produção desenvolvida a partir do projeto de extensão “Admirável Mundo Novo: quebrando paradigmas através da educação”, financiado pelo Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA), em 2012, pela Universidade Federal do Pampa. São Borja, cidade fronteiriça do Rio Grande do Sul, e palco dessa ação extensionista, constituiu, no passado, uma das primeiras reduções jesuíticas, sendo conhecida nesse contexto com um dos “Sete Povos das Missões”. Dessa maneira, a figura do índio comporta importantes referências históricas, fazendo parte da formação da cidade e de hábitos presentes no cotidiano de seus habitantes. Todavia, partindo da premissa de que essa relevância a respeito das raízes indígenas encontra-se pouco valorizada, ou até mesmo desconhecida, inclusive nas salas de aula, o projeto de extensão vem atuar nesse ponto, junto às escolas públicas da cidade. O público-alvo escolhido na edição de 2012 contemplou as turmas de terceiro ano do ensino médio da Escola Estadual Padre Francisco Garcia. As oficinas e vivências realizadas foram pautadas pela orientação pedagógica da Educação Popular, proposta por Paulo Freire, de acordo com a teoria do conhecimento escolhida: o Construtivismo Sócio-interacionista. No início deste projeto de extensão universitária foram aplicados questionários, para que, em conjunto com dados de pesquisas oficiais, tanto sobre a educação quanto sobre a atual condição indígena, servissem de base para a compreensão do quadro que seria trabalhado, assim como contribuir na construção dos resultados desta produção acadêmica. Foi possível fomentar debates sobre as políticas públicas vigentes, com uma aproximação do universo dos jovens com realidades locais que comprovadamente as ignoravam, como no caso indígena, simultaneamente ao entendimento do funcionamento básico das principais instituições políticas da nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação popular. Ensino médio. Etnias indígenas. Políticas Públicas.

* Doutorado em História (PUC-RS). Professor no curso de Ciências Sociais, UNIPAMPA, São Borja/RS. Contato: rbcolvero@gmail.com

NEW HORIZONS FOR POPULAR EDUCATION: THE RISE OF THE FIGURE OF THE INDIO IN THE CASE OF SÃO BORJA

ABSTRACT

This article is the result of a “Brave New World: breaking paradigms through education” university extension project, funded by a Scholarship Program of Academic Development (PBDA) of the Federal University of Pampa, in 2012. São Borja is a frontier town of Rio Grande do Sul, and the base of this university extension. It represented one of the earlier Jesuit Reductions, known as one of the “Seven People of the Missions”. Thus, the figure of the Indio relies on an important historical element, part of the formation of the city and the everyday habits of its inhabitants. However, on the premise that this relevance regarding the indigenous roots is undervalued or even unknown, including classrooms, the extension project focus this concealed point with city public schools. The chosen audience in the 2012 edition included the classes of third year of the middle school Escola Estadual Padre Francisco Garcia. The workshops were conducted and experiences guided for the pedagogical orientation of Popular Education, proposed by Paulo Freire, in accordance with the theory of the “directed knowledge”: the Socio-Interactionist Constructivism. Questionnaires are also applied at the beginning of this extension project. It is because, together with official surveys both on education and current Indigenous condition, it serves as the basis for understanding the framework that would be worked on, as well as to contribute to the construction of results of academic research. It was possible to establish debates on public policy in force, with an approximation of the universe of young people with local realities proven ignored, such as indigenous, while the understanding of the basic functioning of the major political institutions of our society.

Keywords: Popular education. Middle School. Indigenous groups. Public Policy.

NUEVOS HORIZONTES PARA LA EDUCACIÓN POPULAR: EL RESURGIR DE LA FIGURA DEL INDÍGENA EN EL CASO SÃO-BORJENSE

RESUMEN

Este artículo es resultado de la producción desarrollada a partir del proyecto de extensión “Brave New World: romper paradigmas a través de la educación”, financiado por el Programa de Becas de Desarrollo Académico (PBDA) en 2012, de la Universidad Federal del Pampa. San Borja, la ciudad fronteriza de Río Grande do Sul, y lugar de esa acción extensionista, fue en el pasado una de las primeras reducciones jesuíticas, conocida en ese contexto, una de las “Siete pueblos de las Misiones”. Por lo tanto, la figura del indígena porta importantes referencias históricas, lo que hace haciendo parte de la formación de la ciudad y de costumbres presentes en el cotidiano de sus habitantes. Sin embargo, en la premisa de que esta relevancia en relación con las raíces indígenas está infravalorada o incluso desconocida, incluso en aulas, el proyecto de buscó actuar en este punto, específicamente en las escuelas públicas de la ciudad. El público elegido en la edición de 2012 incluyó las clases de tercer año de secundaria de la escuela pública “Padre Francisco García”. Se realizaron talleres y experiencias guiadas por la orientación pedagógica de la Educación Popular, propuesta por Paulo Freire, de acuerdo con la teoría

del conocimiento dirigido: el constructivismo socio-interaccionista. En el principio de este proyecto de extensión universitaria se aplicaron cuestionarios para que, en conjunto con los datos de las encuestas oficiales, tanto sobre la educación como sobre la condición de indígena actual, sirviesen de base para la comprensión de la estructura que se trabajó, así como ayudar en la construcción de resultados de la investigación académica. Fue posible establecer debates sobre las políticas públicas en vigor, con una aproximación del universo de los jóvenes con las realidades locales que demostraban ignorarlas, como los indígenas, mientras hubo la comprensión del funcionamiento básico de las principales instituciones políticas de nuestra sociedad.

Palabras clave: Educación popular. Escuela secundaria. Grupos indígenas. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Desde o século XVI a educação vem sendo direcionada para as demandas do capitalismo, pois visava (e continua visando), a formação de uma mão de obra barata com certo nível de especialidade. Nessa perspectiva, a educação caracterizou-se por uma prática tradicional, impondo valores como disciplina e individualidade. Nessas condições:

[...] a educação era uma tarefa relativamente simples: bastava descobrir as necessidades da máquina social, e depois recrutar e formar as pessoas que responderiam a essas necessidades. A função real da escola era menos a de encorajar as pessoas a descobrir e aprender e, com isto, fazer de sua vida um progresso constante, que a de procurar moderar e controlar esses processos de maturação e evolução individuais (McLUHAN, 1969, p. 35).

Esses princípios da sociedade capitalista restringiram qualquer tipo de reflexão mais crítica e, conseqüentemente, uma práxis social consciente, gerando, num processo inverso, a desumanização do ser¹. Segundo Freire:

A sua visão do homem novo é uma visão individualista. A sua aderência ao opressor não lhes possibilita a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe oprimida. Desta forma, por exemplo, querem a reforma agrária, não para se libertarem, mas para passarem a ter terra e, com esta, torna-se proprietários ou mais precisamente, patrões de novos empregados (FREIRE, 2011, p. 45).

A desumanização ocorreu também, desde o princípio da colonização portuguesa e espanhola na América, com as populações indígenas que foram reduzidas e escravizadas em diversas oportunidades. A educação que se tentou dar aos “nativos da terra”, como eram chamados, visava o doutrinamento à crença cristã, mas principalmente forjar uma identidade lusitana ou espanhola, a fim de que os indígenas trabalhassem em prol da expansão dos respectivos Impérios, em nome do rei e de Deus. Dessa maneira, as

¹ Usamos aqui a concepção freiriana de «desumanização» que nos elucida na seguinte reflexão: “Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes da sua inconclusão. [...] A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do *ser mais*” (FREIRE, 2011, p. 40).

primeiras escolas em território luso-brasileiro seriam jesuíticas, voltadas para os índios reduzidos nas Missões. Estas, inclusive, floresceram ao longo do século XVII, onde hoje é o estado do Rio Grande do Sul, e onde ainda é possível encontrar parte daquelas etnias que há 500 anos ali viviam. Nesse contexto, temos como um dos principais problemas educacionais no Brasil: a exclusão de milhares de pessoas do sistema educacional moderno, como resultante de suas condições sociais.

Não só os jovens pobres que se encontram em tal situação, mas também aqueles que fazem parte de comunidades indígenas que, mesmo tendo contato com o ambiente social contemporâneo, possuem dificuldade de acesso à educação formal por sua condição cultural diferenciada. Isso ocorre, principalmente, a respeito daqueles que se encontram em territórios indígenas (Gráfico 1).

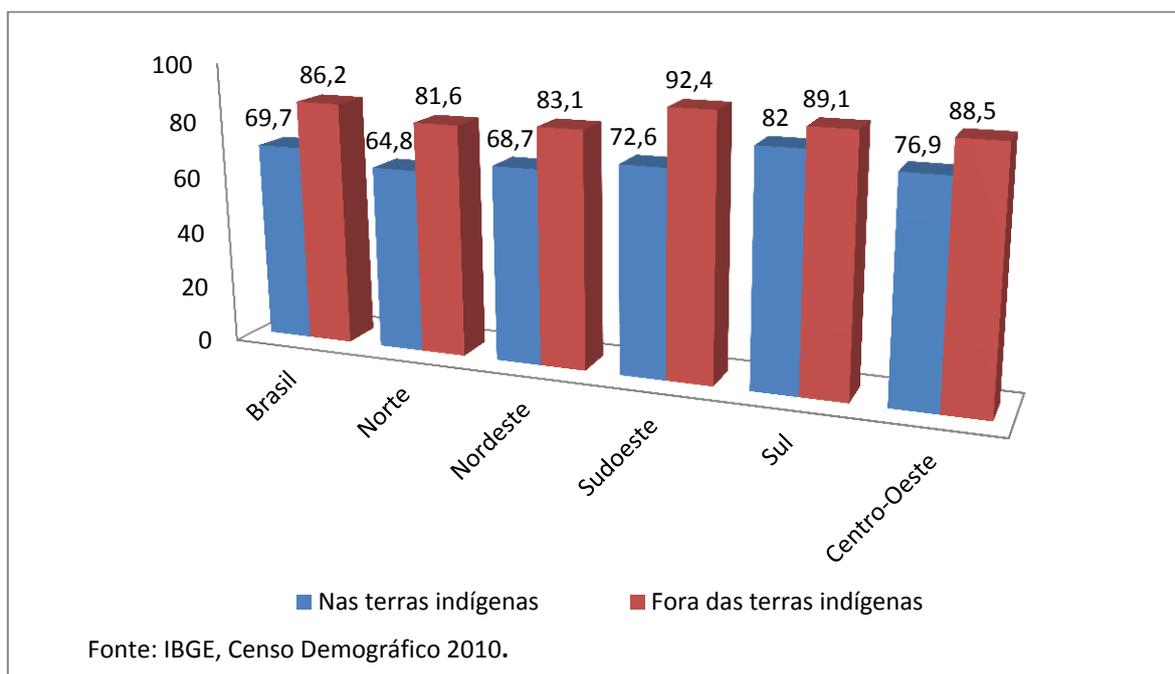


Gráfico 1. Taxa de alfabetização das pessoas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por localização do domicílio segundo as grandes regiões – Brasil – 2010 (%)

No entanto, ao se pensar em “educação formal” para as etnias indígenas, deve-se considerar que:

A educação, como um processo, deve ser pensada com a maneira pela qual os membros de uma dada sociedade socializam as novas gerações, objetivando a continuidade dos valores e instituições consideradas fundamentais. As sociedades tribais possuem instituições consideradas fundamentais. As sociedades tribais possuem maneiras específicas de socializar seus membros jovens, dentro dos padrões da cultura tradicional. [...] Não há, assim, escolarização formal entre os indígenas, em termos das culturas tradicionais ([SANTOS, 1975, p. 53-54 apud BERGAMASHI, 2003](#)).

Segundo dados do Censo de 2010, apesar de aumento na taxa de alfabetização² em relação ao último Censo de 2000, os indígenas ainda apresentam nível educacional

² O Censo 2010 considera como alfabetizados em português e/ou no idioma indígena.

mais baixo que os não-índigenas. Ainda de acordo com o IBGE, temos cerca de 32.989 indígenas no estado do Rio Grande do Sul. População esta que se encontra tanto nas áreas urbanas, quanto rurais. Quanto a isto é possível observar sensíveis diferenças a respeito das taxas de analfabetismo: no meio rural a taxa de analfabetismo alcançou a porcentagem de 33,4%; já nas terras indígenas, 67,7% dos indígenas de 15 anos ou mais de idade eram alfabetizados, o que contrasta com a realidade dos que residem fora das terras, contando com uma taxa de alfabetização de 85,5%.

Nesse ínterim, é preciso observar também a complexidade que acarreta o processo de formação de escolas indígenas. Atualmente, o estado do Rio Grande do Sul comporta 67 escolas indígenas, que são distribuídas, e especificamente voltadas, às etnias Kaiguang³ e Guarani⁴. Um avanço à questão educacional nas tribos, mas que também evidencia a necessidade constante de adaptação às necessidades desta parcela da população. Em Porto Alegre, metade da população indígena vive em reservas, enquanto que os demais se encontram em diversos locais da cidade. Frequentemente são encontrados na Praça da Alfândega e no Brique da Redenção, comercializando seus artesanatos. Estando as reservas indígenas localizadas do centro do estado para o litoral, tem-se as maiores populações indígenas como sendo as da etnia kaiguang e Guarani. Em menor proporção os Charruas.

De acordo com a FUNAI e o IBGE as populações indígenas vêm aumentando. O segundo órgão justifica o crescimento em decorrência de políticas públicas viabilizadas pelo governo federal e pela diferenciação com que essas populações vêm sendo tratadas desde a criação da FUNAI. Em relação a estes pontos tem-se, por meio do Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas (NPPPI), implementado programas de assistência às etnias indígenas no estado do Rio Grande do Sul. O núcleo atende à questão indígena na Lei Orgânica de Porto Alegre⁵, em conformidade com a legislação vigente. E, de acordo com o site oficial da prefeitura de Porto Alegre, objetiva:

As ações desenvolvidas pelo NPPPI são pautadas por três eixos: a visitação continuada dos coletivos e áreas de vida indígenas, visando à realização de reuniões com lideranças (caciques e xamãs), especialistas (anciãos, professores bilíngues, agentes de saúde, entre outros) e comunidades indígenas; o acompanhamento de programas e políticas voltados aos povos indígenas, especialmente no âmbito municipal; e a formulação de projetos de políticas públicas visando à promoção, proteção e qualidade de vida dos povos indígenas, sempre considerando outras esferas governamentais e não-governamentais e suas competências, e principalmente, as formas autônomas de organização indígena que orientam todo este processo. (Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smdhsu/default.php?p_secao=143>. Acesso em: 13 fev. 2013).

No que diz respeito à valorização do artesanato produzido pelas etnias, destacam-se o *Projeto Fazendo Cerâmica Hoje como Nossos Avós*, que dentre outros objetivos visa

³ Etnia da família linguística *macro jê*. Com população estimada em 28.000 pessoas no Brasil, se encontram nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo (FUNASA, 2006).

⁴ Etnia subdividida por ramificações linguísticas: Guarani Mbya, Guarani Kaiowa e Guarani Nhadeva, com população estimada em 46.000 índios no Brasil. Sendo cerca de 6.000 índios mbya, 10.000 índios Nhadeva e 20.000 índios Kaiowa. Um detalhe: os Kaiowa não estão presentes no Rio Grande do Sul (FUNASA, 2006).

⁵ Trata-se do seguinte artigo e seus respectivos parágrafos: “Art. 200: o município promoverá e incentivará formas de valorização e proteção da cultura indígena, de suas tradições, dos usos, dos costumes e da religiosidade, assegurando-lhes o direito a sua autonomia e organização social”.

o sustento e valorização do artesanato Kaiguang; e a *Loja de Arte Indígena do Mercado do Bom Fim*, que abrange também o artesanato mbyá-guarani. As iniciativas ainda são poucas, e privilegiam basicamente aqueles que se encontram na capital, quando o fazem. Mas de forma gradativa, é perceptível uma melhora no processo de reconhecimento das especificidades de cada povo indígena. Como exemplo, observa-se a diferenciação feita às escolas Kaigang e Guarani, atestando a consciência sobre as peculiaridades que estas encerram.

Os territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas fazem parte de uma política de preservação do meio ambiente, fauna e flora do nosso país. Estas populações também têm direito a educação bilíngue para que possam manter sua origem e seus demais aspectos culturais. Também de responsabilidade do Estado brasileiro a saúde, assim como a participação e representação desses povos em assuntos que o Estado tem por obrigação resolver junto ao ministério público.

Em semelhante contexto, considerou-se que:

A partir da década de 1960, surge a educação popular idealizada por Freire, com cunhos de conscientização política do povo e emancipação social, através do diálogo e dos próprios conhecimentos do alfabetizando, assim libertando o oprimido e dando-lhe perspectiva de uma mudança que é difícil, mas não impossível. Como mencionado antes o professor Paulo Freire e seu método de educação popular, procuram dar instrução ao educando e não apenas tornamos reprodutores de um processo mecânico que priva as pessoas de pensar. O fato de os sistemas educacionais modernos causarem, efetiva e persistentemente, o fracasso das crianças pobres, faz com que um sentimento de indignação percorra muito dos estudos sobre a desvantagem na área da educação ([GENTILI, 1995, p. 11](#)).

Sobre isso, temos em meio ao século XX o surgimento dessa educação tida como libertadora, que esclarecia o indivíduo em sua posição de “oprimido” (que até então tem consciência ingênua), num esquema que visa a superação dos bloqueios de uma educação opressora, resultante do sistema capitalista do qual fazemos parte.

A construção de um bom currículo para o aluno exigiria das instituições escolares uma prática pedagógica que valorizasse as experiências de ordem prática junto ao aprendizado dos conteúdos. Preparariam o estudante a resolver situações de conflito, pensar rápido e de forma autônoma, despertando a capacidade de adaptação ao meio e também suas potencialidades. Dessa forma também espera recebê-lo o mercado de trabalho (que, infelizmente, é o objetivo único de muitos em matéria de aprendizagem). Todavia, semelhante quadro se faz o mais distante possível da realidade. A forma de ministrar os conteúdos, estando subordinadas ao sistema de dominação vigente, distanciam as informações da vida cotidiana em que o aluno se insere. Informações estas que, não passam de informações, já que não estimulam a formação de conhecimento. Os trabalhos técnicos, a necessidade de possuir um emprego, se posicionam como fatores de maior importância em detrimento da qualidade de vida e superação pessoal dentro de semelhante prisma.

PROPOSTAS DO PROJETO DE EXTENSÃO

São Borja, cenário de debates deste projeto de extensão universitária, foi fundada sob os pilares de uma redução jesuítica, constituindo assim um dos “Sete Povos das

Missões”. Partindo disto, recorda-se que na construção do que atualmente é a cidade, o índio teve um papel de protagonista. No entanto, hoje a cultura indígena não é debatida nas escolas, e sua figura sequer é lembrada. O objetivo principal do projeto de extensão foi o de recuperar essa questão esquecida, por meio de debates e vivências entre estudantes, se baseando-se na educação popular de Paulo Freire.

A ação de extensão serviu-se também de um questionário, com a finalidade de melhor compreender o perfil dos alunos envolvidos no projeto (até para uma melhor realização da ação de extensão). A partir disso objetivou-se criar um banco de dados para fins de pesquisa na área educacional.

METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

O projeto de extensão *Admirável mundo novo: quebrando paradigmas através da educação*, usa a «educação popular»⁶ como referencial teórico, sendo a chave para o trabalho de construção da leitura e da escrita. A teoria do conhecimento utilizada é o «construtivismo sócio-interacionista»⁷. Esse conceito, por sua vez, aponta para o desenvolvimento crítico, apoiado na concepção freireana, isto é, libertadora, como ação cultural. Do ponto de vista pedagógico, procurou dar conta de um processo de construção do pensamento voltado para cidadania e do conhecimento acerca da cultura indígena de grupos que ainda subsistem na região das antigas Missões Jesuíticas, localizadas na porção oeste do Rio Grande do Sul. Foram aplicados também questionários no início deste projeto de extensão universitária, para que em conjunto com dados de pesquisas oficiais tanto sobre a educação como sobre a atual condição indígena, servissem de base para a compreensão do quadro que seria trabalhado, assim como contribuir na construção dos resultados desta produção acadêmica.

O projeto de extensão foi desenvolvido de maneira interdisciplinar, envolvendo as inúmeras disciplinas ministradas em sala de aula pelos professores da rede pública de ensino, tendo como eixo a discussão dos temas relacionados às etnias indígenas e às políticas públicas aplicadas a elas. Nesse sentido, o público alvo do projeto foi dividido em dois: os adolescentes do ensino médio que estudam na Escola Estadual Padre Francisco Garcia; e os, aproximadamente, 200 habitantes da reserva indígena de São Miguel.

A primeira etapa do projeto consistiu em fazer entrevistas com os alunos de modo a preencher um questionário minuciosamente elaborado, que foi abordado de forma oral junto aos estudantes. Dentre outras temáticas o foco do questionário focou-se na percepção dos jovens sobre a discriminação étnica (contra indígenas e negros, principalmente), assim como história local e consciência política. Sendo o questionário

⁶ Adotaremos aqui definição articulada no site oficial do Instituto Paulo Freire: “Compreende-se a educação popular, fundamentada no referencial teórico-metodológico freiriano, como uma concepção de educação, realizada por meio de processos contínuos e permanentes de formação, que possui a intencionalidade de transformar a realidade a partir do protagonismo dos sujeitos. Essa coordenadoria vivencia esta concepção ao realizar ações conjuntas com educadores populares, lideranças de movimentos, redes e organizações sociais populares, como também equipes responsáveis pela implantação e controle social das políticas públicas.” Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/programas-e-projetos/educacao-popular>>. Acesso em: 12 maio 2012.

⁷ Apoiar-nos-emos na visão Construtivista de Piaget e na Teoria sócio-interacionista de Vygotsky. Considera-se na primeira teoria a noção de que o desenvolvimento do ser ocorre a partir da interação do que absorve do ambiente com seu desenvolvimento biológico, ou seja: de dentro para fora. Já no segundo caso, em complemento à primeira teoria, Vigotski infere que semelhante desenvolvimento acontece nas trocas entre parceiros sociais, através de processos de interação e mediação.

aprimorado após a primeira utilização e reaplicado ao fim dos encontros, de maneira a poder comparar a mudança de percepção dos mesmos.

Visando uma maior confiabilidade no cálculo dos dados coletados pelo questionário, usou-se o software SPSS para uma melhor verificação das informações. Como análise inicial, o questionário foi aplicado nas turmas do terceiro ano da Escola Estadual Padre Francisco Garcia: a turma 311 (que contou com a presença de 26 alunos) e a turma 312 (com 14 alunos).

Como segunda etapa, debates, oficinas e vivências foram executadas junto aos alunos, durante o segundo semestre de 2012, de modo a demonstrar a importância da discussão das ideias para se encontrarem saídas para questões comuns. E com isso, conscientizar cada um de seu papel como cidadão, sujeito que deve agir diante de situações coletivas e individuais.

PERFIL DOS ALUNOS E A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NAS QUESTÕES POLÍTICAS

A primeira parte da ação de extensão pretendia recolher informações e dados a fim de definir um perfil dos alunos. Entre os principais resultados, destaca-se, por exemplo, na pergunta número 20, obter a opinião dos alunos sobre o programa de cotas para indígenas e afrodescendentes, buscando identificar como lidavam com as questões de inclusão social. Apesar da variedade de respostas, 32% dos jovens declararam “não ter uma opinião formada” (Gráfico 2).

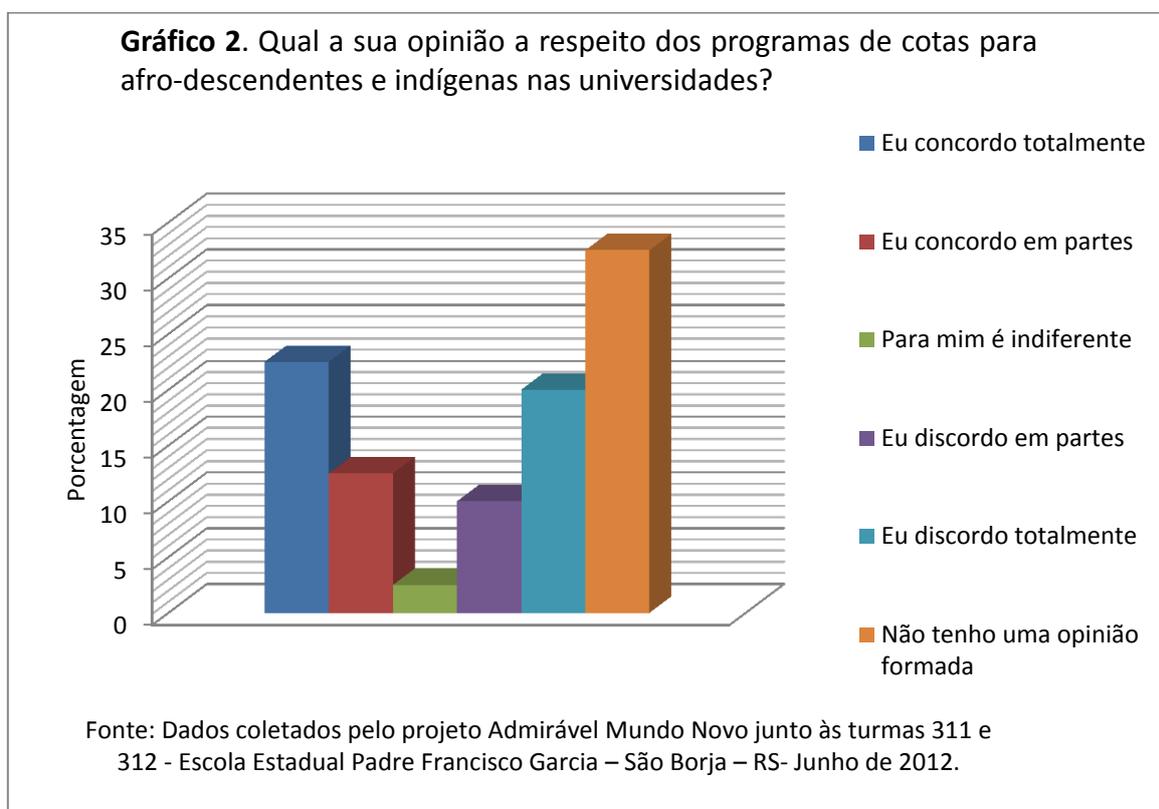


Gráfico 2. Opinião sobre os programas de cotas para afrodescendentes e indígenas nas universidades.

Em conformidade com a percepção de toda equipe que promoveu as entrevistas, o resultado indicou que a falta de opinião sobre o tema, significava, na verdade, a falta de entendimento sobre o mesmo, o que apontou para a necessidade de tratar do assunto nas oficinas.

Ao serem indagados se tinham por objetivo fazer uma faculdade (ensino superior) na 21ª questão, 85% dos estudantes responderam afirmativamente. 7,5% responderam que “Não” e os 7,5% restantes que “Não sei”. Todavia, ao responderem a questão 22: “Conhece as universidades e cursos que a sua cidade disponibiliza?” somente 42% responderam que sim, (Gráfico 3).

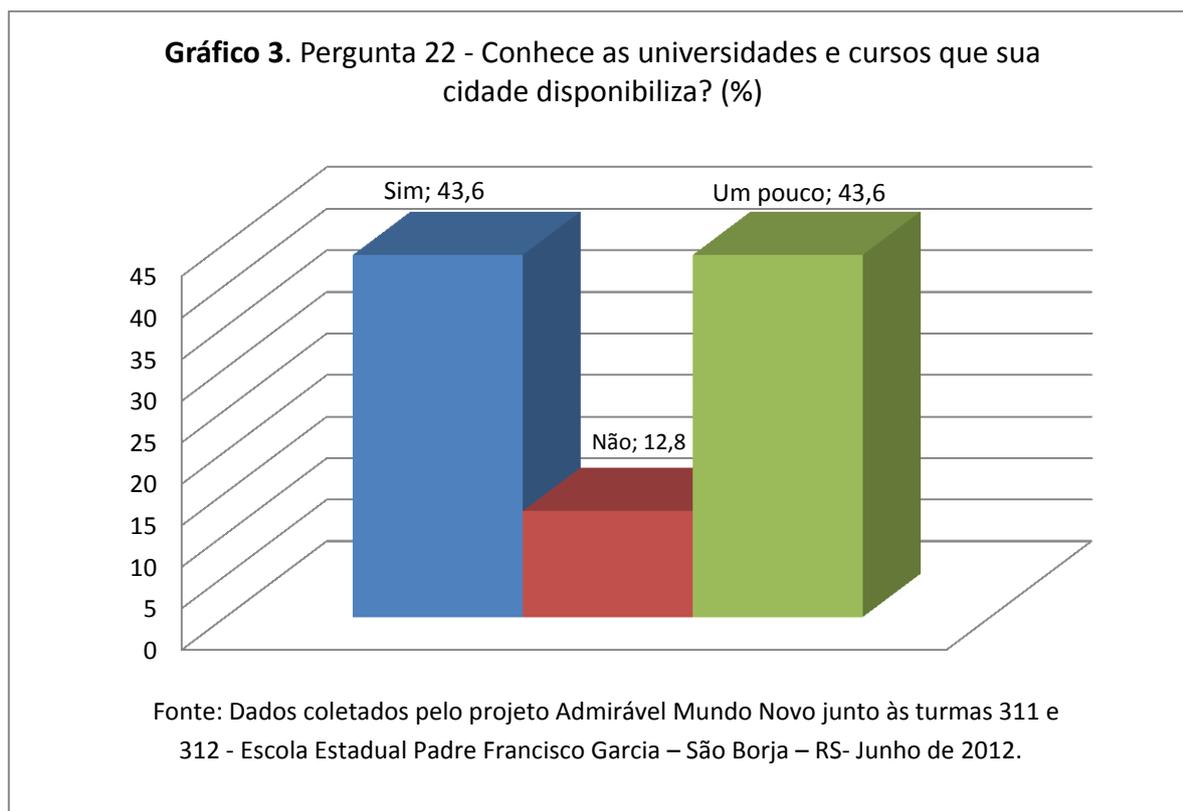


Gráfico 3. Universidades e cursos disponibilizados na cidade.

Percentual abaixo do esperado se comparado com o número de alunos que pretendem ingressar no ensino superior. Dessa maneira também se confirmou a pertinência de levá-los para conhecer de perto a Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja, onde convidamos os representantes dos cursos disponíveis a explanarem sobre a atuação do profissional formado em cada graduação, fazendo também uma visita aos departamentos da universidade como forma de ambientá-los. Visita importante, inclusive, para a divulgação do curso de Ciências Sociais - Ciência Política (que promoveu o presente projeto de extensão), pois por se tratar de um curso relativamente novo no país, e escasso se tomamos o viés da Ciência Política, é comumente associado à ideia de que seria voltado à formação de políticos, desconhecimento esse vivenciado em diálogo com alguns alunos da escola.

Nesse sentido também se destacam os resultados provenientes da pergunta 26: “Que papel tem a política na sua vida?”. Mais da metade dos entrevistados optou entre as

alternativas “Não me preocupo com política, ou não costumo discutir sobre política” ou “Não me interessa, não entendo ou não gosto de política”, o que evidencia o perfil geral do jovem brasileiro. Diferente daqueles que vivenciaram o período das “Diretas Já!”, período que traduzia uma consciência crítica e atuação política presente por parte da juventude. Procurou-se no decorrer do projeto levantar os fatores que influenciam a atual juventude a esse profundo distanciamento do que acreditam ser a política (Gráfico 4).

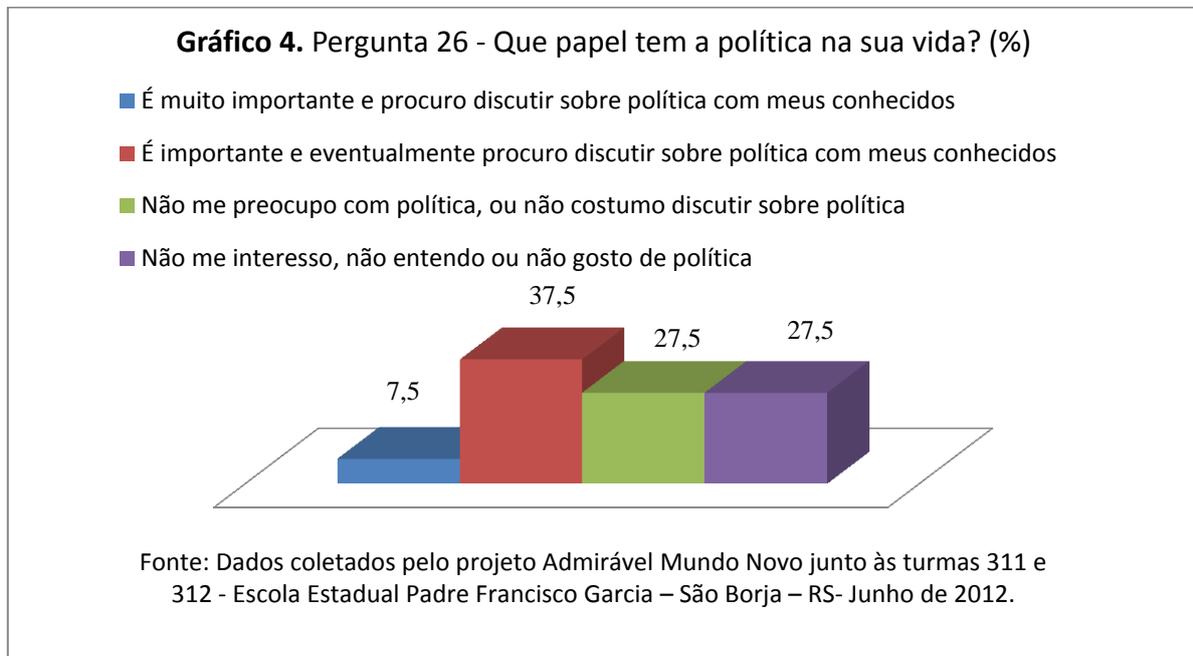


Gráfico 4. Influência política na vida dos alunos.

Entendendo a importância do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e todas as oportunidades que provém deste, foi inserida a pergunta que segue: «Entende como funciona o ENEM, Sisu, Pro Uni e Fies?» (Gráfico 5).

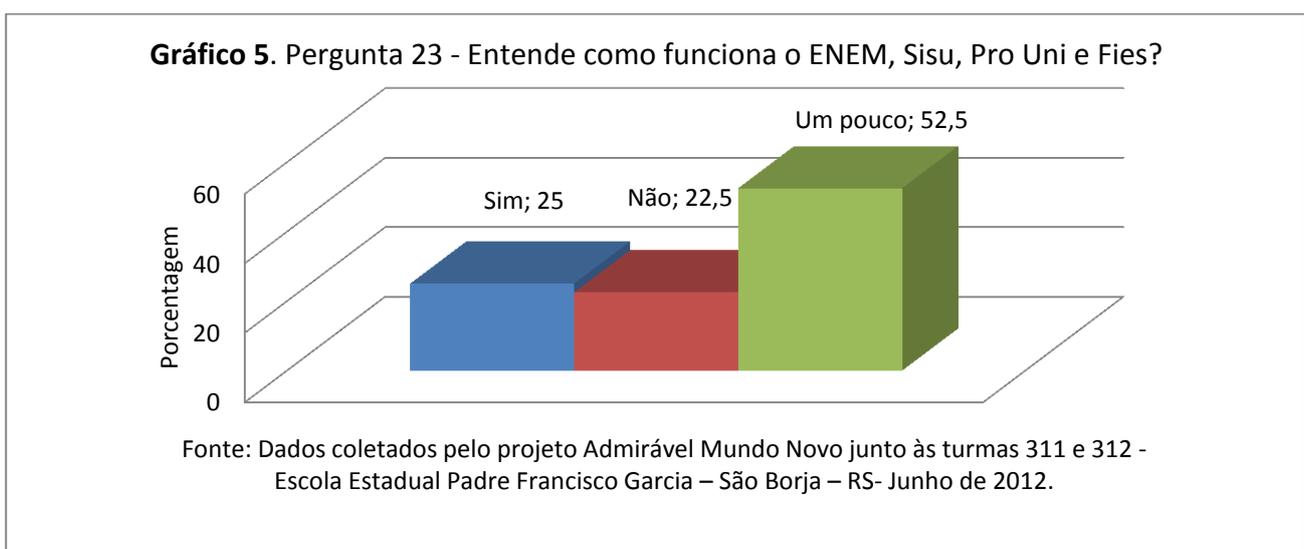


Gráfico 5. Conhecimento sobre ENEM, Sisu, ProUni e Fies.

Dessa forma, já se esperava um conhecimento do exame, tendo em vista a divulgação feita nas próprias escolas, todavia, existem importantes meios de aproveitar a nota, que muitas vezes passam despercebidos aos estudantes. Como por exemplo: o Prouni⁸, válido para alunos de escolas públicas, que muitas vezes não conseguem ingressar em uma universidade pública e não tem condições para arcar com instituições privadas. Possibilidade esta, como outras, discutida nos encontros.

Por meio da execução deste projeto de extensão tornou-se possível construir um perfil atual do jovem estudante do ensino médio de São Borja, podendo, dessa maneira, repensar o quanto evoluiu ou regrediu a participação da juventude nas questões políticas no Brasil, especialmente em relação a temas que são de extrema importância para o desenvolvimento humano e ético da sociedade como um todo. Entre os vários temas está a questão indígena. Isso está vinculado diretamente à possibilidade de se chamar atenção dos órgãos competentes para a necessidade da implementação de políticas públicas voltadas para a educação, seja para os indígenas ou não, de maneira que afaste os jovens dessas comunidades de situações de risco, proporcionando o pleno desenvolvimento da cidadania.

Com a aplicação do projeto alcançou-se a realização de oficinas e passeios acerca dos temas: História Local, Indígenas, Afrodescendentes, ENEM, Conscientização Política e vivências externas, das quais se destacam a visita aos departamentos da Universidade Federal do Pampa (com palestras sobre os cursos que comportam), assim como a visita à Câmara de Vereadores de São Borja.

Ao longo da ação de extensão foi possível perceber um aumento de interesse por parte das duas turmas envolvidas no projeto e estabelecer uma aproximação do universo destes jovens com realidades locais que ignoravam, assim como o entendimento do funcionamento básico das principais instituições políticas.

PAULO FREIRE E AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS: UMA BREVE DISCUSSÃO

A educação popular tem como percussor o recifense Paulo Freire que esclareceu sobre a impossibilidade de se ter uma educação de qualidade, baseada em um esquema opressor que colocaria a educação submissa a seus ditames. Dessa maneira, o comprometimento com a expansão da consciência crítica do indivíduo e o rompimento com a mentalidade submissa, faz da prática educacional “libertadora” precioso instrumento para formação de adultos conscientes e atuantes dentro da sociedade. De que forma o indivíduo se vê, tanto em coletividade quanto em unidade? Reconhece a realidade que vivencia como produto do seu agir? Ou é mero espectador na trama em que foi inserido? Freire nos elucida que:

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer com o opressor, é impossível fazê-lo (FREIRE, 2011, p. 43).

Nesse sentido, a causa indígena serve de exemplo e referência moral: defendem a conservação de suas tradições e seus direitos como cidadãos indígenas, sabem da sua

⁸ Programa Universidade Para Todos pertencente ao Ministério da Educação. Concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de nível superior, usando a nota do ENEM no processo.

situação de opressão e não se submetem aos padrões de vivência alheios. A aproximação dos alunos com essa realidade, também é um fator importante na construção individual da maneira como observam a sociedade, tendo em vista também que muitos desses jovens têm por educação somente as experiências transmitidas pelos familiares, que por sua vez tendem a possuir pouca instrução, acarretando em uma contribuição sensivelmente limitada.

Assim, o cotidiano do aluno se mostra acompanhada de extrema monotonia e falta de sentido para aquele que o vivencia. Estabelecendo-se como mero receptor de informações, impostas, por aquele que deveria ser o maior provocador de reflexões: o professor. A valorização das aulas tornando-se sinônimo de boas notas. Dessa forma, o professor é avaliado como “bom” ao ter como resultado alunos com médias altas, sendo desconsiderada sua função de fazer refletir e aprimorar as reflexões dos estudantes acerca do objeto de estudo. Nesse contexto, falha a missão maior da escola: devolver ao mundo cidadãos com consciência política, crítica e cultural desenvolvidas; sendo capazes de fazer a diferença na comunidade de qual fazem parte. A própria significação da escola não poderia se distanciar do elemento político, como o faz, quando se tem em vista sua função perante a sociedade.

A partir da concepção de Freire de que todos nós possuímos conhecimento, não sendo este igual e uniforme, mas que todos saberiam bastante sobre algum assunto, considera-se que a forma atual de ensino estaria duas vezes equivocada: primeiro pela própria maneira como é feita, sem maiores estímulos à criatividade e reflexão crítica dos alunos; segundo pelo motivo de que aqueles que ali se encontram para aprender seriam tidos como nulos em termos de conhecimentos e, portanto, “recipientes ociosos” que deveriam ser preenchidos com informações. Uma grande oportunidade seria desperdiçada ao se deixar de lado a capacidade de transformar aquele conhecimento prévio ou falho, em novo e melhorado conhecimento. Logo, um projeto de extensão que leve em conta e aborde de forma aprofundada temas com relevância social, por exemplo o tema da questão indígena, afetam o processo de aprendizagem na formação da capacidade crítica, bem como estão em consonância com a pedagogia freiriana.

Sobre esse quadro, uma das vertentes trabalhadas no âmbito da Psicologia Social, assume caráter semelhante ao do pensador Jean-Jaques Rousseau: seríamos o resultado do que fizeram de nós. Pensamento deveras determinista se considerarmos a existência da consciência crítica e do intitulado livre-arbítrio. Nesse momento, a totalidade da afirmação se divide se colocada nos seguintes termos: somos somente ou boa parte do resultado da interação do nosso meio externo à individualidade? Ao observar determinadas situações o senso comum nos diria que, se não todos, pelo menos a maioria dos cidadãos se encontram na primeira opção. No entanto, como o projeto adota uma abordagem freiriana, parte da consciência do ser como indivíduo, mas também passível de sofrer influência dessa interação com os demais, confirmada na passagem:

[...] não queremos dizer que os oprimidos, neste caso, não se saibam oprimidos. O seu conhecimento de si mesmos, como oprimidos, se encontra, contudo, prejudicado pela “imersão” em que se acham na realidade opressora. “Reconhecerem-se”, a este nível, contrários ao outro não significa ainda lutar pela superação da contradição. Daí esta quase aberração: um dos polos da contradição pretendendo não a libertação, mas a identificação com o seu contrário (FREIRE, 2011, p. 44).

A opressão continua cada vez mais enraizada e estruturada também pelo sistema educacional, tomando, a princípio, um valor mercantil. A qualidade educacional não estaria, nessa perspectiva, vinculada ao direito de todo cidadão, mas somente aqueles que tivessem melhores condições financeiras. Serve assim como motor competitivo aos postos de trabalho: os que tiveram uma educação de qualidade (restrita a uma minoria) teriam maiores e melhores oportunidades profissionais.

Ainda que rompa com os padrões de formalidade da educação convencional, a educação popular não deve ser confundida como uma abordagem “informal”, tendo em vista o compromisso de formar cidadãos com conhecimento e consciência cidadã. É uma estratégia de construção da participação popular para o redirecionamento da vida social:

A Educação é visada como ato de conhecimento e transformação social, tendo certo cunho político. O resultado desse tipo de educação é observado quando o sujeito pode situar-se bem no contexto de interesse. A educação popular pode ser aplicada em qualquer contexto, mas as aplicações mais comuns ocorrem em assentamentos rurais, em instituições sócio-educativas, em aldeias indígenas e no ensino de jovens e adultos. Assim, o objetivo comum entre os educadores populares é o fortalecimento das classes populares como sujeitos de produção e comunicação de saberes próprios, visando à transformação social ([GADOTTI, 1992, p. 5](#)).

A reflexão demonstra o caráter integrador deste tipo de pedagogia. A principal característica da educação popular é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino. É aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores do cotidiano dele, o que torna viável a aplicabilidade nos dois públicos-alvo a que se destina a execução do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A EDUCAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO

A cidade de São Borja (RS) como parte integrante de uma região conhecida como dos antigos Sete Povos Missionários, possui raízes indígenas que, se não estudadas e discutidas, tendem a ser esquecidas ou tratadas pura e simplesmente como história. Esse quadro pode se tornar ainda pior quando se verifica o desconhecimento sobre aldeias indígenas no entorno da cidade: a cerca de 80 km encontram-se descendentes dos guaranis que viveram em São Borja, durante o período em que esta foi uma redução. O projeto de extensão enfrenta a questão indígena por meio da metodologia freiriana, fundamental para a compreensão do complexo social e para a discussão de políticas públicas que abranjam diferentes etnias, sem, contudo, alterar seus aspectos de vida, as quais permaneceram por tanto tempo alijadas das decisões estatais.

A educação popular contribui desta forma para que os jovens possam refletir e agir sobre a vida pública, enquanto cidadãos, contribuindo tanto para a vida política da cidade, quanto em seus aspectos sociais, como na educação, por exemplo, na escola onde estão inseridos.

Dito isso, cabe ressaltar que, nos últimos anos, alguns dispositivos legais foram sancionados para que se pusesse obrigatoriamente em pauta a educação indígena, bem como a discussão sobre a presença das inúmeras etnias que compuseram a sociedade brasileira desde a colonização. Nesse sentido, por exemplo, em 2008, alterou-se o Artigo 26, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o qual passou a ter a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil ([BRASIL, 2008](#)).

Dessa maneira, governos estaduais e municipais foram incitados a proporcionar meios na educação do ensino fundamental e médio para que os alunos tivessem contato com culturas muitas vezes escamoteadas do complexo cenário social, o que infelizmente não ocorreu na prática: como exemplo a cidade de São Borja, que possuindo raízes indígenas deveria seguir semelhante procedimento, todavia percebe-se a total nulidade do tema em ambiente escolar. Esse fato pode ser percebido, inclusive, no momento de apresentação do projeto juntos aos alunos da Escola Estadual Padre Francisco Garcia, da qual era perceptível a falta de conhecimento e valorização da causa indígena por parte destes.

Além disso, no caso das escolas em comunidades indígenas, desde a década de 1980, especialmente a partir da Constituição Federativa do Brasil de 1988, especificamente no Capítulo III, Artigo 210, ficou assegurada aos índios a formação básica comum e o respeito aos seus valores culturais e artísticos. Posteriormente, também na LDBEN (Lei 9.394, de 20/12/1996), ficou decidido que o Estado deve proporcionar um ambiente no qual os aspectos étnico-culturais sejam ressaltados, oferecendo educação bilíngue aos indígenas, procurando garantir que estes possam manter suas tradições e crenças. Fora isso, no que tange à educação indígena também veio à luz a Resolução 3/99 do Conselho Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001, assim como no projeto de lei de revisão do Estatuto do Índio, em tramitação no Congresso Nacional, no qual também se encontra contemplada.

Todos esses elementos salientam a necessidade de o Estado focar também as comunidades indígenas como cidadãos brasileiros, respeitando e valorizando seus elementos culturais próprios, pois constituem parte fundamental na organização social.

Tanto isso é verdade que, em 2008, foi redigida uma Carta-denúncia para reconhecimento de indenizações e dos direitos territoriais dos Mbyá-guarani no sul do Brasil. Esta, assinada pelo Cacique geral do Rio Grande do Sul, Mburuvixá Tenondé José Cirilo Pires Morinico, expressava, dentre outras coisas que:

e) Não aceitamos mais o desrespeito por parte de alguns cientistas e administradores que divulgam a falsa versão de que os atuais Mbyá não possuem ligação com os Guarani que participaram da história das Missões e da história de formação do sul do Brasil, porque nossos mitos falam da vida de nossos ancestrais nas antigas aldeias sagradas feitas em pedra (Tava Miri) e também relatam o contínuo trato que nossos ancestrais mantiveram com os portugueses e seus descendentes; (Disponível em: <http://www.anai.org.br/>. Acesso em: 23 jul. 2008).

Portanto, entende-se que a proposta da educação popular deve atuar nesse caso como um instrumento de ação cultural e social para os jovens do município de São Borja, que vise a conscientização política, social, ambiental e cultural. É preciso destacar que

uma parcela expressiva desses jovens faz parte do ensino público estadual, de escolas da periferia da cidade, e estão, de certa forma, desarticulados do universo político do município. Assim, aproximá-los das comunidades indígenas presentes na cidade de São Miguel, distante alguns quilômetros de São Borja, utilizando-se instrumentos educacionais e promovendo a discussão sobre a política estatal para tais comunidades, sem dúvida alguma fará com que os mesmos passem a se sentir parte integrante de uma comunidade que deve analisar, discutir e fazer rever as normas e estatutos que regem a vida em sociedade, tomando parte atuante como cidadãos.

SUBMETIDO EM: 9 ago. 2013
ACEITO EM: 25 mar. 2014

REFERÊNCIAS

ANTROPOLOGIA SOCIAL. Disponível em: <http://noradar.com/antropologia/?page_id=2>. Acesso em: 1 jun. 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA (ANAI). Disponível em: <<http://www.anai.org.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2007.

[BERGAMASCHI, M. A.](#) Educação escolar guarani no Rio Grande do Sul: a política pública em movimento. In: **Reunião Anual da ANPEd**, 26., 2003, Poços de Caldas, MG. Disponível em: <<http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/06tmarab.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

[BRASIL](#). Lei nº 11.465, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 145, n. 48, 11 mar. 2008. Seção I, p. 1.

CHINOY, E. **Sociedade**: uma introdução à sociologia. São Paulo: Cultrix; Brasília, DF: INL, 1975.

ESCOBAR, C. H. **Epistemologia das ciências, hoje**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

FORQUIN, J. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

[FREIRE, P.](#) **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Povos Indígenas. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE (FUNASA). Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

FURASTÉ, P. A. **Normas e técnicas para trabalhos científicos**: explicitações das normas da ABNT. Porto Alegre: [s.n.], 2002.

[GADOTTI, M.](#) **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

[GENTILI, P.](#) (Org.). **Pedagogia da exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **O que é pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

GUARESCHI, P. A. **Psicologia social crítica-como prática de libertação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org>>. Acesso em: 12 maio 2012.

LABURTHE-TOLRA, P. **Etnologia – Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOMBARDI, J. C. **Pesquisa em educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas: Autores Associados; Histedbr; Caçador, SC: UnC, 2000.

MARCONI, M. A. **Antropologia**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2005.

[McLUHAN, H. M.](#) Mutations. Paris: Name, 1969. Tradução de Moacir Gadotti e Mauro. A. Lenzi. **Educação Municipal**, São Paulo, n. 5, nov. 1989.

MELIÀ, B. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

_____. Desafios e tendências na alfabetização em língua indígena. In: EMIRI, L.; MONSERRAT, R. (Org.). **A conquista de escrita**. São Paulo: Iluminuras, 1989. p. 9-16.

MOLL, J.; ABRAMOWICZ, A. **Para além do fracasso escolar**. Campinas: Papyrus, 1997.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas. Disponível em:
<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smdhsu/default.php?p_secao=143>. Acesso em: 13 jan. 2013.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. Campinas: Autores Associados, 2003.

ROUSSEAU, J. **Emílio ou da educação**. [S.l.]: R. T. Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, S. C. **Educação e sociedade tribais**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1975.

TEODORO, A. **Globalização e educação**: políticas educacionais e novos modos de governação. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.